

* 7 DEZ 1992

JORNAL DO BRASIL

8 • segunda-feira, 7/12/92

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*

MANOEL FRANCISCO BRITO — *Diretor Presidente*

ROSENAL CALMON ALVES — *Diretor*

WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*

DACIO MALTA — *Editor*

MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*

ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

Grita dos Intocáveis

Não se compreende o sobressalto e a prevenção do mercado financeiro em relação a qualquer declaração do presidente Itamar Franco. Suas ironias sobre a “modernidade” da gestão anterior, suas ponderações sobre a necessidade de as empresas — estatais e privadas — exibirem a planilha de custos para pleitear aumentos, e a prudência quanto a definir as linhas mestras de seu governo antes do julgamento definitivo do presidente afastado, têm o efeito de um rastilho de pólvora.

Quando, ao final de sua entrevista a jornalistas brasileiros, em Buenos Aires, o presidente mencionou a disposição de reformar os “setores intocáveis” da economia brasileira e citou, “se for o caso, até o sistema financeiro”, chegou a haver um princípio de pânico nas mesas do mercado financeiro do Rio e São Paulo.

Quem analisou o tom e o contexto das declarações do presidente da República, no entanto, não se assustou. Ao contrário dos que interpretaram suas frases como grito de guerra ao setor privado e ao sistema bancário, a menção do presidente à reformulação do sistema Eletrobrás e ao sistema financeiro tinha como endereço o próprio governo.

O plano de curto prazo, apresentado há duas semanas pela equipe econômica ao presidente da República, contemplava a reformulação do sistema financeiro, mas sobretudo naquilo que depende da própria iniciativa do governo e do Banco Central. Ou seja, devem ser em primeiro lugar extintos ou fundidos os bancos federais ineficientes — como o Banco da Amazônia — e privatizado o Banco Meridional.

O governo cogita também de limitar a atuação dos bancos estaduais no exterior. É uma forma de disciplinar o sistema financeiro estadual, evitando a concorrência predatória que acaba levando os bancos menos eficientes a prejuízos e ao redesconto de liquidez do Banco Central. Mas uma iniciativa dessa natureza depende de Lei do Congresso.

As relações entre o Banco Central e o Sistema Financeiro Nacional foram genericamente definidas pela Constituição de 1988, mas continuam

aguardando regulamentação de Lei Complementar pelo Congresso. Por sua longa experiência parlamentar, o presidente sabe que qualquer iniciativa neste campo depende do Congresso, incluindo a importante questão da independência do Banco Central em relação ao Tesouro Nacional.

Há um ponto curioso na inclusão da Eletrobrás e os bancos entre os “setores intocáveis” a serem atacados pelo governo. Pela metodologia do IBGE, o sistema Eletrobrás integra o Sistema Financeiro Nacional, ao lado dos bancos, corretoras, distribuidoras de valores, companhias seguradoras, empresas de *leasing*, companhias de turismo e fundos de pensão.

Por ser considerado *banco de investimento* do setor elétrico brasileiro, a Eletrobrás faz parte do sistema financeiro e perdeu sua razão de ser com o fim dos grandes projetos hidrelétricos do país. Os novos projetos, de menor porte, podem perfeitamente ser realizados pelo setor privado. Tal fato, aliado à prestação pelos bancos de serviços, como o recebimento de contas de serviços públicos e cartões, funções no Primeiro Mundo executados pelos correios, explicaria, em parte, a excessiva participação do Sistema Financeiro Nacional no PIB brasileiro: 13%, o dobro da média do Primeiro Mundo. O excesso vem mesmo da inflação.

Por que, então, a grita? Ruído de comunicação entre as intenções e as declarações presidenciais? Medo de não exibir a mesma eficiência numa economia com equilíbrio fiscal e com a inflação sob controle e nos níveis do Primeiro Mundo? Ou má vontade de alguns setores cartoriais que contavam, na mudança de governo, recuperar a iniciativa na defesa de seus privilégios?

Para bom entendedor, as linhas mestras da política econômica do governo Itamar Franco mantêm o compromisso de sanear o Estado brasileiro e criar condições para as reformas estruturais necessárias à retomada do crescimento. Há apenas a reformulação do conceito de modernidade, com a prevalência do social sobre o econômico. Isto a maioria esmagadora da população aplaude.